

Chega de assunto velho, é hora de assumir responsabilidades...outra vez

Carlos Homero Giacomini

Médico, Mestre em Saúde Coletiva, Servidor Público há 35 anos, especialista em Planejamento e Gestão Governamental, Membro da Academia Brasileira de Ciências da Administração, autor do livro "Valor, Talento e Método: sociedade, governos e eficácia da democracia", Escritor.

Situação

Esta reflexão parte de algumas evidências sobre o Brasil: uma das maiores economias do mundo (não obstante as recentes perdas de posições), amplo mercado interno (o oitavo maior do mundo), país de renda média (destaque à baixa produtividade, baixo nível de inovação e à baixa competitividade), PIB em queda (configurando recessão profunda), uma das maiores desigualdades do mundo (que atualmente reflui aos níveis históricos e tende a crescer), renda média do trabalhador em queda, uma das maiores cargas tributárias do mundo, concomitante a um *déficit* expressivo das contas públicas -¼ do PIB - por descontrole de despesa e queda de arrecadação, que aumenta aceleradamente e projeta crescente voracidade estatal por recursos, juros entre os mais altos do mundo (principalmente para financiar a dívida e o *déficit* públicos), com pressão inflacionária, educação de qualidade muito ruim e metas muito tímidas em todos os níveis (destaque negativo para a pré-escola), com uma das piores infraestruturas dos países em desenvolvimento (destaque para a internet banda larga), com um dos piores ambientes de negócios do mundo (regulamentação ineficaz e iníqua), instituições que funcionam precariamente (destaque às organizações políticas), com péssima gestão no setor público (destaque à desgovernança, aos privilégios e à irresponsabilidade estatais), país corrupto (destaque ao maior escândalo de corrupção da história da república), amplamente engajado a um modelo opulento de expectativas (destaque à ausência de qualquer juízo sobre sustentabilidade e futuro). Informações, *rankings* e pesquisas que atestam isso aí, podem ser encontrados diariamente em revistas, jornais, textos acadêmicos. Há quem a tudo conteste, muitas vezes com o argumento de que o que é publicado é, meramente, a versão das elites. E há quem, como eu, enxergue exatamente isso aí, mesmo admitindo que muito do que circula é política e metodologicamente discutível, e que é possível sempre aprofundar a compreensão da realidade diminuindo conflitos cognitivos e dominando tolices puramente ideológicas.

O que diz o governo afastado

Alguns brasileiros têm certeza absoluta de que a crise econômica com a pior recessão da história do país (que não admitem), decorre tão somente da crise mundial das *commodities* pela qual não podem ser culpados; tão somente da urdidura global demoníaca antipobres que alimenta a oportunidade para a revolta dos ricos do Brasil contra os programas sociais e contra a ascensão dos governos populares nas urnas; ricos que agem usando a desculpa de combate à corrupção com a qual a maioria deles está envolvida. Juntam a isso a narrativa de que, a serviço dessas elites, “deles” contra “nós”, há um golpe institucional tramado pela aliança espúria contra as suas magníficas obras redentoras dos pobres e contra as conquistas históricas, todas, sem exceção, de sua lavra; um golpe que agride a ordem constitucional, a democracia, o estado de direito, o seu jeito justo de fazer política perante o qual o mundo se curva, ao seu guia maior - “o cara”- o mais estupendo líder operário defensor dos oprimidos que já se viu; golpe conduzido por criminosos, mais a imprensa golpista, o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Procuradoria Geral da República, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Judiciário de Primeira Instância, os Superiores Tribunais de Justiça, o Superior Tribunal Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal, num processo amplamente apoiado pela esmagadora maioria da nação; golpe desses todos contra os quais “vai haver luta”, e exércitos de oprimidos erguerão barricadas nas ruas pelas quais a agressão ao “nosso projeto” não passará, e *bunkers* de resistência ao palácio assaltado serão montados no palácio ao lado, e denúncias ao mundo inteiro da agressão à democracia em curso no Brasil, que fará o processo civilizatório recuar no mundo, se não for contida pela Unasul, o Parlasul, a Alba, e pelos governos democráticos - oprimidos por antidemocratas de todo o planeta - de Evo Morales, Nicolás Maduro, irmãos Castro, ex-Cristina Kirchner e mais alguns companheiros.

O que ousam dizer muitos outros

Mas eu, pobre de mim, enganado pela imprensa, não pertencente aos cumes intelectuais esclarecidos das universidades públicas, nem aos altos escalões artísticos nacionais, nem à direção de empreiteiras, nem à banca financeira, eu que nunca fui diretor da Petrobras, que nunca disparei cusparadas em ninguém, que sou, enfim, da geleiá majoritária do meu país, não vejo admiráveis líderes políticos vitimados por golpistas, traídos e injustiçados, mas

vejo vítimas de outra espécie...O que vejo é o ocaso de um projeto incompetente, irresponsável e criminoso de poder; que obstaculizou o avanço das reformas necessárias a um tempo em que podia aprovar o que quisesse; ultrapassou todos os cálculos de sustentabilidade de suas políticas na sanha populista embalada no endeusamento de um líder psicopata que se desejava o maior e eterno; fez da irresponsabilidade na gestão da coisa pública método sistêmico de trabalho, debitando o irrazoável nas contas do futuro da nação; costurou a coalizão *lulo-pt-mdb-dilmista*, sustentada por propina farta que, alucinada, produziu o seu *big crunch*; implantou a “genial” e estupidamente fracassada, como sempre no passado e em qualquer lugar, “nova” matriz macroeconômica, cujos escândalos maiores ainda estão por ser desvendados (destaque para o semiquebrado BNDES das “campeãs nacionais”); orientou a política internacional do país exclusivamente pelo viés ideológico do século XIX, num cálculo incompetente até mesmo para seus sonhos de permanência indefinida no poder; insuflou uma moral maniqueísta de sarjeta e seu subproduto, a discórdia, a respeito de todos e todas, das instituições e da vergonha na cara, dividindo o mundo que propagandearam entre “nós e eles”, e justificando qualquer espécie de crime a partir desse curioso salvo-conduto para a amoralidade (fins que justificam meios). Todo o resto, o desalento profundo que nos abate, a revolta, o desemprego, a fome, a insegurança, a falência dos serviços básicos, a quebra de empresas, estados e municípios, o *déficit* de 170 bilhões, é consequência. E eu duvido que em qualquer lugar do mundo um governo capaz de uma proeza dessas pudesse ter garantias de continuar governo. É para isso que as constituições preveem os crimes de responsabilidade e suas respectivas punições. Vítimas golpeadas são os brasileiros atingidos por uma das maiores recessões da história, com PIB e renda média que regrediu a patamares de dez anos atrás, sujeitos ao crescente desemprego, com mais da metade das famílias endividadas e crédito restrito e caro; a maioria dos aposentados que não ganham o suficiente para viver e só podem contar com um sistema previdenciário insustentável à beira da falência; os cidadãos que clamam por serviços públicos básicos que não existem ou não funcionam, principalmente agora, quando deles mais precisarão; vítima é o Brasil tomado por epidemias, que não confia em seu sistema de saúde subfinanciado, cujo arranjo paquidémico demonstra estar ruindo; desiludido com a tão decisiva educação, que já consome um percentual de PIB maior que a média dos países desenvolvidos e colhe resultados medíocres enquanto sonha com mais e mais dinheiro que não existe;

são as famílias de um país com taxas de homicídio de nações em guerra, onde não se soluciona e não se pune sequer um terço dos crimes cometidos; país que sustenta uma carga tributária de estado europeu de bem-estar social sem as devidas contrapartidas; vítimas golpeadas são os brasileiros cujos governantes corruptos geraram uma dívida e um *déficit* público gigantescos que sobem fora de controle, numa máquina burocrática perdulária, de baixíssimos resultados e protegida por leis corporativas que impedem sua reforma; um país onde estados podem contar com sucessivas renegociações de suas dívidas e não transformam os recursos extras em investimentos para desenvolvimento, mas os consomem todos em custeio e manutenção, inclusive de salários e privilégios que a maioria da população não tem; seguidos por milhares de municípios que se tornam mais e mais inadimplentes e dependentes das imorais emendas parlamentares e convênios com os andares de cima, na retroalimentação do fisiológico toma-lá-dá-cá metódico, sistêmico e desastroso; um país onde a união centralizadora e os estados e os municípios, trabalham sem foco, e, com prepotência demagógica, se metem em tudo com suas onipresentes políticas públicas, sustentando inumeráveis paralelismos e sombreamentos de ações sem resultado; vítimas são os setores empresariais e os trabalhadores, golpeados todos os dias pela subcondição das estradas, dos portos, dos aeroportos, da energia, das telecomunicações, do saneamento, para os quais o governo não tem recursos embora siga demonizando os que poderiam mobilizá-los como investimentos lucrativos; vítimas do excesso de regras, de um dos piores ambientes de negócios do mundo, de uma burocracia que todo o tempo cria dificuldades para vender facilidades; golpeados estão os brasileiros, pela corrupção e seu longo assalto ao Brasil, como verdadeira septicemia de imoralidade, que envolve todos os partidos políticos – embora, notoriamente, alguns se esforcem mais na matéria – em qualquer dos três poderes, na União, nos estados e municípios, cevada pela impunidade histórica (por isso a Lava Jato é essa lufada de ar fresco); e com a captura do Estado por grupos de interesses, que buscam lucros através de mecanismos extramercado, apropriando-se de excedentes econômicos via burla às regras da livre concorrência e da legalidade, cooptando legisladores e gestores, através de propinas, doação de verbas para campanhas eleitorais absurdamente caras, de suborno a parlamentares, a gestores públicos e ao judiciário para influenciar processos e sentenças; o mesmo judiciário que, protegido na sua opacidade, desfila a toga da irretocabilidade enquanto permite que se perpetue

a gestão de padrão medíocre ultraestável da justiça brasileira.

Ver e enfrentar a realidade

O que fazer com um país que nunca construiu uma visão de futuro compartilhada no seio da sociedade, sempre mais fraca que o Estado? E que bovinamente sonha, como o mundo todo, com um modelo opulento de sociedade, construído pela propaganda enganosa da ideologia do consumo? Onde e quando poderão descobrir do que são capazes os cidadãos brasileiros instrumentalizados pela dinâmica predatória insustentável do grande capital mundializado com sua sandice de lucros sempre mais exorbitantes? O que fazer num país que carece de uma saudável polarização entre os que desejam que tudo fique como está e os que querem avançar na direção da equidade e da paz, enquanto na prática, por parte de muitos, em muitos momentos da história, o que vemos é a conservação de velhas práticas por todos os lados? O que fazer sem verdadeiros partidos políticos, fundamentais para a democracia, enquanto impera a indústria da criação do partido-negócio em nome dos interesses do caciquismo e de grupelhos? O que fazer com um país cujo imaginário supõe que mais dinheiro é a solução para qualquer de seus problemas enquanto permanece preso na armadilha da renda média, da qual não tem planos para sair nem nos próximos trinta anos, e persevera gastando mal seus recursos escassos? Sempre acreditei que “tudo que existe vem impregnado do seu contrário”, que a contradição é a condição e a essência da vida, do exercício de qualquer função, da ação e dos resultados de qualquer obra humana. Portanto, toda análise é controversa, todo vaticínio é parcial. É inegável que coisas boas acontecem no Brasil e desejo que em breve possamos estar falando delas. Mas o discurso da mudança não começa pelo elogio ao que está certo. É preciso admitir que há coisas que não vão bem. Aliás, que há coisas que nunca foram tão mal nesse país. O discurso da mudança não começa com lenitivos à indignação. Aliás, nunca antes na nossa história se viu tanta gente indignada. O discurso não pode transigir com a responsabilização da imoralidade e da incompetência, da má-fé e da incúria. É claro que os que aí estavam não podem ser acusados de exclusividade na construção da história, o que aliás, arrogantemente, reivindicaram exclusivamente para si no tempo em que surfavam na “herança maldita”, em que mantinham a “nova” matriz macroeconômica escondida para não perder eleições, em que se beneficiavam de um

ciclo econômico mundial positivo no bojo da valorização de *commodities* via China, para fazer muito menos do que poderiam ter feito, muito mais do que o “milagre” que apregoaram, na verdade, apenas um voo de galinha; ao mesmo tempo em que urdiam e executavam, em escala industrial, a mais inventiva, deletéria e prepotente *práxis* de um grupo no poder na história do Brasil. Tomara que jamais seja possível que aconteça entre nós obra semelhante. E vamos à mudança, de tudo que necessite ser mudado, cumprindo o longo e árduo caminho reservado aos países subdesenvolvidos, sobretudo politicamente como é o nosso caso. E criando caminhos próprios, porque somos diferentes, e muito do que se vê no mundo não nos serve, até mesmo porque já não serve lá onde se vê. Este tem que ser o sonho e o norte da ação.

No estado democrático de direito

Sim, o Brasil precisa de grandes reformas, de generosas reformas. Mas, infelizmente, e não por culpa das massas ignaras, e sim das elites - entre elas os que por mais de 13 anos ocuparam o poder -, nesse momento o Brasil não tem opção, a não ser apostar em subetapas de superação do que está em cena (ex-Dilma, ex-Cunha, ex-Jucá, Lula, Renan, Sarney etc., nesta ordem) e, não obstante o ceticismo, torcer pelo fim do padrão histórico de conduta daqueles que a ordem constitucional transformou em herdeiros do drama e destino imediato da nação. Fui dos que, a princípio, desejei a permanência do “nosso projeto” até o fim do mandato da presidente da república afastada. Afinal, que ela suportasse até o último dia os efeitos de sua inépcia administrativa, política e ética (esta última só atenuada pela - ainda falta de provas - de que tivesse carregado malas de dinheiro para lá e para cá, o que seus defensores apregoam como atestado de santidade), acompanhada, como sempre, pela presença próxima dos amigos e aliados que tem (ou tinha). Mas não deu. Não deu porque veio à tona que ela atuou como candidata que fez o diabo para se eleger e como presidente irresponsável, porque o País não aguentaria sua incapacidade de governar, porque a justiça vinha acossada por ataques e obstruções, porque a organização criminosa prosseguiu com a prática do maior escândalo de corrupção da história, porque os mecanismos constitucionais se impuseram para que déssemos início à saída desta situação, esperançosos de que não fosse preciso suportar o desastre até o fim, já que, ensandecidos, os que se autodestruíram politicamente em seu próprio caldo, só não virariam a mesa institucional por não terem força

para tal, jamais admitindo um único erro. Vamos então ao que temos. Ao funcionamento constitucional das instituições, cumprindo as leis que aí estão enquanto não as mudamos. Remetendo os que governaram até aqui à análise e à autocrítica que, *estupefaciados* pelo projeto de perpetuação no poder, até agora não foram capazes de fazer, para que voltem um dia, se tiverem capacidade, e refaçam seus sonhos de origem e resgatem a enlameada honra. Vamos em frente desnudando o pemedebismo a partir do governo de que for capaz, nesta duríssima, quase insuportável conjuntura, mas sem rupturas institucionais, com cadeia para criminosos de qualquer partido julgados e condenados. E que, então, venha 2018 e o que mais formos capazes de construir como nação.

Com autocrítica para a reconstrução da confiança nas instituições e na política

Aprendi que política é um jogo de soma zero: para que uns ganhem outros têm que perder. Mas hoje no Brasil, os políticos, com louváveis exceções, têm sido tão velhacos e incompetentes, que conseguem perder todos ao mesmo tempo. Perde o ex-governo, com pendor totalitarista, porque foi o mais corrupto da história e de uma incompetência impressionante. Perdem os reacionários e fascistas, porque fazem parte da teia da corrupção, não têm qualquer proposta de equidade e paz, e a população sabe disso. Perdem os progressistas porque jogaram quase todos os lances do jogo estrutural do sistema político espúrio, são pusilânimes e, a seu tempo, guardadas as proporções, também se envolveram com ilícitos. E com isso, perde toda a nação que, com a confiança esgotada, necessita delegar-lhes o duro encaminhamento do indispensável para que se possa viver em sociedade, com paz e equidade. Perco também eu, simples servidor público, que após trinta e cinco anos tenho a sensação de que muito do que fiz foi enxugar gelo. Ou de ter cometido muitos erros, porque não posso esquecer que sou dos níveis superiores, das elites intelectuais, das classes abastadas, daqueles que os pobres do País têm o direito de olhar nos olhos enquanto indagam: e daí o que vamos fazer para resolver isso? Entre as atribuições daqueles em quem se deposita confiança é imprescindível a de refletir, para cultivar e contribuir com ideias mínimas para os equilíbrios da vida em sociedade. Porque os que confiaram, informaram seus desejos e necessidades evidentes, aos quais, munidos da nossa compreensão de

mundo, tivemos o dever de acrescentar aquilo que, mesmo fora das expectativas correntes, era crucial para a vida de todos. Porque concederam-nos a prerrogativa de governar os recursos da nação acumulados na história, para assim determinar como cada força social seria aplicada a favor da abertura de caminhos, e esperaram que, mesmo com nossas dificuldades, contradições e insuficiências, soubéssemos como e estivéssemos determinados a abrir os tais caminhos; e que jamais incluíssemos o roubo organizado dos recursos da nação nos nossos planos. Tivemos o direito de vislumbrar alternativas, informados pela trajetória histórica do Estado, estabelecendo nossas conclusões a respeito de conservação ou mudança, e de trazer à mesa das negociações o sistema de ideias a orientar nossas intenções. Perdemos a oportunidade? Fomos ineptos em impor o estilo que propagandeamos que adotáramos e em abrir o caminho que precisaríamos percorrer para chegar aonde dissemos que chegaríamos, e em definir como faríamos acontecer aquilo com que nos comprometemos? Porque mesmo que fossem medíocres os nossos planos, sempre soubemos que sua execução exigiria grandes capacidades de nossa parte, que não fizemos o bastante para adquirir. Porque não admitíamos que não sabíamos e assim não pudemos aprender, restando preencher com arrogância prolixa as insuficiências patentes. E nossa insuficiência maior foi não saber fazer com que nos acompanhassem nos desafios que trazíamos aqueles de quem eles mais dependiam para se realizar: os distintos segmentos sociais além das nossas facções e guildas. E posso indagar também, já que admito refletir sobre tais questionamentos duros, por que atores políticos muitíssimo mais relevantes que eu, muito mais poderosos, muito mais sagazes e eloquentes, infinitamente mais responsáveis, não admitem um questionamento sequer, não se abrem a qualquer crítica e nem a um simples exame de consciência? Porque nosso Congresso Nacional não faz esta discussão, para além de expor a indignação de ideias e de caráter que ali impera? A promessa política de Churchill às vésperas do confronto com o nazi-fascismo, de “sangue, trabalho, lágrimas e suor” é risível para a maioria dos brasileiros de todas as classes e, diante do País que somos, é duvidoso que algo da mesma substância pudesse ter apoio, tanto do povo quanto das instituições. E nem seria o caso, diriam muitos, discordando desse exagero. Mas é necessário refletir indo além das nossas defeituosas instituições para melhor defendê-las, até conquistar, na democracia e no estado de direito, passo a passo, alguma coisa melhor.

Reinaugurando o debate sobre gestão pública no Brasil

É necessário reinaugar o diálogo nacional também no campo da administração pública. Os avanços são possíveis, os retrocessos não são inevitáveis. Assim, o que estamos esperando para agir desde já na direção certa? É admissível que o Estado seja cogenitor de crises mais do que parte da solução das dificuldades da sociedade? Devemos ou não incluir entre nossas desconfianças esse modelo opulento e urbano de expectativas, que só visa consumo, prazer e outras comodidades e riquezas? Fome zero, cárie zero, desperdício zero, acidente zero, aterro zero, pobreza zero, corrupção zero: que discurso é esse? Cada um compete por suas necessidades e nega as dos outros. Acreditamos, para além disso, em ação orientada por valores e sentimentos, capacidade de entrega e relacionamentos? Será que sem convicções e sem valores pode haver Política? Quase sempre parece mais fácil duvidar e conservar do que buscar novos e incertos caminhos. Acreditamos firmemente que os Governos podem ser diferentes? O bom executivo público é respeitado pelo exemplo mais do que temido pelo poder. Somos pessoalmente comprometidos em fazer acontecer tudo o que reforça as liberdades, promove a equidade e combate a corrupção? O jogo social é um jogo de acumulações. Somos capazes de iniciar a ação mesmo na incerteza do sucesso para, cada vez mais, ter poder, força e peso para fazer o que precisa ser feito? Propomo-nos a pensar e imaginar saídas sem tréguas? Se parece tão fácil justificar a necessidade de planejar, porque é tão difícil encontrar um bom planejamento nos governos? Acreditamos que as ciências técnico-políticas de governo são imprescindíveis à governança pública e à governabilidade, mais do que o loteamento do poder? Temos certeza de que não escandalizaríamos um punhado de cidadãos isentos se presentes ao nosso esforçado dia a dia de gestores sem métodos? Entre os extremos da complexidade paralisante e da simplificação ignorante saberíamos controlar a pressa para poder ir rápido na direção certa? Quanto mais se realiza mais distante se fica de tudo que há para ser feito; quanto mais se pode, menor é o poder que se tem. Temos plena consciência da essencialidade e urgência da conquista de resultados? Governos capazes de agir com rapidez na direção certa agirão desde o primeiro dia e os que não o fizerem mostrarão lentidão e conduta errática durante todo o mandato. Temos alguma coisa com isso? Renúncias são quase intrínsecas às grandes reformas. Temos alguma propensão a aceitar

que o exercício de nossas responsabilidades possa supor renúncias? Métodos de gestão subsistem num campo conceitual superior. Temos convicção de que uma de suas expressões práticas consiste em ajustar o foco mais aos problemas das pessoas e menos aos entremeios da política? Estamos atentos ao fato de que hoje os cidadãos querem escolher como, quando e de que tipo serão os serviços que pretendem, e que isso só é possível quando se organiza a produção do bem público em redes? Alinhamo-nos aos que acreditam que devemos trabalhar pela mudança das estruturas mentais e das práticas de trabalho e, inevitavelmente, pelo combate ao elefantismo das organizações públicas no Brasil? Para combater a mesmice, além do investimento na mudança através das pessoas, que outras medidas capazes de estressar a burocracia forçando-a a renovar seu modo de resposta poderiam ser tentadas? Só as pessoas podem fazer a diferença, gerar um contexto de criatividade, soluções, sonhos, responsabilidades. Só elas se comprometem com mudanças ou se recolhem ao descaso. Em que medida acreditamos nisso? A falta de integração entre equipes e delas com a sociedade é uma das queixas mais frequentes nos governos. Quais os mecanismos integradores e de coordenação ao nosso alcance e

como fazer para criar novos fluxos de comunicação? Não haverá bom governo se as pessoas não forem educadas para ele. Acreditamos que os serviços públicos são um grande campo de desenvolvimento de capital intelectual público e cada servidor um pesquisador e um educador em potencial? Empenhamo-nos em desenvolver um sistema de avaliação e reconhecimento ligado ao desempenho de equipes e a atitudes individuais? Estamos convictos de que a prestação de contas públicas para avaliar as ações, detectar inevitáveis erros e corrigi-los em tempo hábil, é o caminho mais eficaz para o bom governo? Não seriam a superficialidade, o relativismo e falta de reflexão as causas do afastamento de muitos dos que ainda poderiam pensar nos tão desgastados temas da política? Colocamo-nos sem titubeio entre os que fizeram um bom emprego do tempo que lhe foi dado?

E compromisso com propostas

E o que mais precisa ser discutido? Relaciono aqui algumas propostas que circulam, como contribuição a um exercício ao qual todos os brasileiros precisariam se dedicar:

1.	Mobilização dos brasileiros na construção de uma visão de futuro para o Brasil, com acolhimento institucional do debate e mudança do arcabouço constitucional com constituinte exclusiva.
2.	Ampliação do uso dos institutos constitucionais do plebiscito e do referendo popular.
3.	Suspensão de qualquer tipo de contratação de pessoal por algum tempo, nos três níveis e nas três esferas de governo, com exceção de professores para pré-escola, médicos de família para assistência básica e policiais para as áreas de inteligência.
4.	Congelamento da carreira e dos salários (acima de algum piso) dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, dos três poderes, pelo tempo mínimo necessário para enquadramento ao limite prudencial da LRF.
5.	Suspensão de todos os projetos de expansão e reformas em estruturas administrativas nos três níveis e nas três esferas de governo e admissão de reformas administrativas somente em situações em que houver redução dos recursos dispendidos em relação às estruturas anteriores, com eliminação de cargos e órgãos.
6.	Reforma previdenciária com implantação do regime de previdência complementar para o funcionalismo público dos três níveis e das três esferas de Governo e tempo mínimo para aposentadoria igual para homens e mulheres.
7.	Desenvolvimento e aprovação da Lei de Responsabilidade da Gestão Pública, com os princípios de que todo governante será responsabilizado se permitir a piora dos indicadores sócioeconômicos fundamentais sob seu controle e que ampliação de gastos tem que resultar em melhoria de resultados.
8.	Avaliação independente dos programas governamentais federais, estaduais e municipais, com descontinuidade imediata dos ineficientes, ineficazes e não efetivos, e remanejamento dos recursos de qualquer espécie para áreas prioritárias.
9.	Melhoria dos princípios e da gestão, ampliação gradativa e institucionalização dos programas sociais que têm potencial ou que já se mostraram eficazes para a promoção da equidade com sustentabilidade: seguro-desemprego, complementação de renda mínima, apoio à qualificação profissional em larga escala, habitação para os brasileiros de baixa renda, apoio para ampliação do acesso ao ensino superior, incentivo ao intercâmbio cultural e científico com o mundo.

10.	Ampliação do papel do Estado como terceira parte passando a incluir serviços primordiais (saúde, educação).
11.	Programa de gestão da educação em todas as escolas brasileiras com compromisso com metas de resultados com foco ao combate da desigualdade, compartilhadas com toda a comunidade escolar e os três níveis e esferas governamentais.
12.	Programa de gestão da saúde em todas as unidades de serviço, públicas e suplementares, com compromisso com metas de resultados, compartilhadas com usuários, trabalhadores e gestores públicos e privados dos três níveis e esferas governamentais, com ênfase na promoção e prevenção.
13.	Programa de gestão da segurança em todos os município do Brasil com compromisso com metas de resultados, compartilhadas com toda a comunidade e as três esferas governamentais, com ênfase no combate à impunidade.
14.	Revisão do pacto federativo com deslocamento de poder administrativo e econômico para estados e municípios.
15.	Retorno à política de metas de inflação, câmbio flutuante e <i>superavit</i> primário, com independência do Banco Central.
16.	Mudança com simplificação e equidade da legislação tributária (destaque ao ICMS) sem aumento duradouro de carga, com combate à sonegação e progressão das alíquotas do IR para megassalários e grandes fortunas, com inclusão de bens de luxo na tributação.
17.	Revisão do marco regulatório de todos os fundos de incentivo ou de atividades específicas com o fim dos recursos a fundo perdido em áreas com potencial de viabilidade econômica (destaque às artes de grandes eventos e ao esporte de alto rendimento) e plano de supressão gradativa de qualquer espécie de incentivo fiscal para qualquer setor.
18.	Reforma da gestão orçamentária das três esferas e dos três níveis de governo com foco na qualidade do gasto e redefinição das vinculações para legislativo, judiciário, ministério público, cultura, esporte, ciência e tecnologia, saúde e educação (nesses dois últimos casos com simultânea adoção de regra de governança que garanta universalidade com equidade, produtividade e incontornável compromisso com resultados).
19.	Fim da criação de novas empresas estatais, com profissionalização e integridade das existentes e das agências reguladoras, com preços tarifários reais atrelados a ganhos de produtividade.
20.	Retomada dos planos de concessões públicas, privatizações, PPPs, com regimes diferenciados por setor e realisticamente atrativos ao mercado.
21.	Criação da Rede Nacional de Inovação, com articulação de todos os recursos e participação de todos os agentes relevantes das áreas de C&T e empreendedorismo.
22.	Políticas de inserção geopolítica do Brasil, nas cadeias produtivas mundiais e em tratados bi e multilaterais de comércio, para além dos países em desenvolvimento.
23.	Reajuste anual do salário mínimo <i>pari passu</i> ao crescimento da produtividade da economia.
24.	Combate ao crime organizado com efetivo controle das fronteiras nacionais.
25.	Prosseguimento das operações de combate à corrupção, aprovação do projeto de iniciativa popular anticorrupção e veto à nomeação e manutenção de Ministros e outros gestores com foro privilegiado réus no STF.
26.	Fim da reeleição no executivo em todos os níveis, mandato de cinco anos, voto distrital misto.
27.	Diminuição do atual número de partidos políticos, com cláusulas de barreira e desempenho para formação e manutenção dos mesmos.
28.	Transparência total no financiamento de campanhas, com participação de pessoas jurídicas, físicas e do Estado e com restrição aos custos.
29.	Retomada da discussão nacional sobre o parlamentarismo ou outra alternativa (<i>recall</i> por ex.) para o fim do presidencialismo de “coalizão”.
30.	Liberdade de imprensa total e irrestrita.

DATA ACEITE: MAIO 2016